

Pilotis liberados à força

» BÁRBARA VASCONCELOS

Área residencial da 208 Sul foi alvo, na manhã de ontem, de uma ação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) para retirada de grades e muretas irregulares. Após perderem recurso na Justiça, em agosto, os moradores dos blocos E, G e H tiveram suas construções ilegais demolidas. Eles protestaram, mas em vão. Segundo a agência, os cercamentos ferem o tombamento da capital e privatizam o espaço público, no caso das vagas dos estacionamentos.

Os demais condomínios da superquadra, que reúne 11 prédios no total, também têm estruturas irregulares, mas estão com processo administrativo e judicial em curso, o que evitou a remoção durante a operação de ontem. Levantamento da Agefis aponta que pelo menos 70 edifícios da capital ferem o tombamento de Brasília pelos mesmos motivos. Desses, 40 ficam na Asa Sul.

Segundo o coordenador de Fiscalização da agência, Roberto Gonçalves, o caso da 208 Sul era acompanhado pelo órgão devido ao transtorno causado pelas grades. "A quadra ficou praticamente sem estacionamento público porque os condomínios fecharam tudo. Assim que soubermos da decisão judicial, nós nos mobilizamos para fazer a demolição", acrescentou. Além dessa superquadra, a 206 Sul também possui grades ilegais nas garagens, mas uma liminar da Justiça impede a derrubada das estruturas.

Indignados com a ação de ontem, os moradores do Bloco H travaram um bate-boca com os agentes que trabalhavam no local. O comerciante Ricardo Miranda, 41 anos, chegou a subir em uma das muretas que seria demolida para conter o avanço dos funcionários da Agefis. "Isso é uma arbitrariedade", reclamou o morador do bloco. "Estamos com um recurso na Justiça. Vocês não podem fazer isso", acrescentou. Apesar de apresentarem toda a documentação para os responsáveis pela operação, os condôminos não conseguiram impedir que o bicicletário e a estrutura de concreto que circundava o pilotis fossem ao chão.

De acordo com Gonçalves, apenas a grade que fecha o estacionamento do bloco estava protegida por liminar e, por isso, não foi derrubada. Ele conta também que todos os prédios da quadra foram notificados em dezembro de 2010 sobre a irregularidade

Edilson Rodrigues/CB/D.A Press



Mureta do Bloco H da 208 Sul foi demolida pela Agefis: moradores protestaram e chegaram a bater boca com os fiscais, mas de nada adiantou

Aqui do lado é cheio de morador de rua. Se o Estado é inoperante, a gente é obrigado a tomar alguma providência"

João Carlos Aragão, 52 anos, advogado, morador do Bloco H da 208 Sul



Dirce Silveira: "Não fomos avisados que isso aconteceria hoje (ontem)"

das construções, mas poucos moradores tomaram providências. "No começo do ano passado, eles foram intimados a retirar as grades. Alguns recorreram administrativamente, além de entrar na Justiça. Mas agora estão saindo as decisões judiciais desfavoráveis a eles e estamos cumprindo a intimação demolitória", explica o coordenador.

Mais proteção

Por volta das 9h de ontem, a aposentada Dirce Silveira, 68 anos, foi surpreendida com a chegada dos 20 agentes da Agefis

no Bloco E, do qual é síndica há 12 anos. "Não fomos avisados que isso aconteceria hoje (ontem). A gente foi notificado e sabia que uma hora eles viriam. Mas, se comunicassem quando, eu estaria prevenida", conta. A moradora argumenta que o objetivo das grades no estacionamento é garantir a proteção dos moradores, já que o condomínio fica próximo de uma região descampada. A segurança também é o argumento dos residentes do Bloco H para a instalação dos cercados. "Aqui do lado é cheio de morador de rua. Se o Estado é inoperante, a gente é obrigado a

tomar alguma providência", justifica o advogado João Carlos Aragão, 52 anos.

Já Daisy Velloso, 60, síndica do Bloco B — que também foi notificado por erguer grades para isolar o estacionamento coberto — alega que as vagas não ficam em área pública, como afirma a Agefis. Segundo a moradora, a garagem está inclusa na escritura dos imóveis. "Nós retiramos as grades para permitir a circulação aqui embaixo, mas mantivemos o portão, porque senão qualquer um vai estacionar aqui e isso é área privada", diz. O caso do edifício ainda corre na Justiça.

Os moradores dos três blocos da 208 Sul terão que arcar com os gastos da operação. Eles serão intimados a pagar as horas de trabalho de cada um dos 20 funcionários envolvidos na ação, além de uma taxa de depósito no caso de desejarem reaver as grades, confiscadas pelo órgão.

www.correiobraziliense.com.br



Comente esta reportagem no site e participe da enquete respondendo à pergunta: Você é a favor da construção de barreiras nos prédios?

Análise da notícia

Além do tombamento

» MÁRCIA DELGADO

Brasília detém o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade desde 1987. Um orgulho para quem nasceu ou chegou aqui com o objetivo de trabalhar e criar seus filhos. Não só os órgãos de fiscalização precisam ficar atentos às distorções que ferem as normas desse tombamento, como toda a população tem de se tornar vigilante. É claro que as intervenções nos pilotis desrespeitam a preservação da capital, mas também é fato que os brasilienses estão cada vez mais inseguros. Ninguém coloca uma grade, um muro ou uma cerca-viva ao redor do edifício por motivos estéticos. Nem adota uma providência como essa com o objetivo deliberado de agredir o título de cidade tombada. O cidadão toma tal iniciativa para evitar se tornar alvo dos bandidos, que a todo momento ameaçam com crimes assustadores, como o sequestro relâmpago. Tirar o cercamento é legal e recomendável, mas o Estado precisa garantir a segurança desses moradores.

O que diz a lei

Diversas normas protegem o modelo arquitetônico original de Brasília. O Decreto nº 10.829, publicado pelo GDF em 14 de outubro de 1987, é um desses documentos. Ele dispõe sobre o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da capital federal, de acordo com o que foi proposto por Lucio Costa na construção do Plano Piloto, e protege a região de interferências como a praticada na 208 Sul. No mesmo ano, a Unesco reconheceu Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Já em 1992, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) lançou uma norma a fim de manter as superquadras de Brasília nos moldes do projeto original. A Portaria nº 314 determina que os edifícios das quadras 100, 200, 300 e 400 das asas Sul e Norte devem ter o térreo livre, sem obstáculos para a passagem dos transeuntes.